



Manual de Compliance
Concorrencial para a AIGLP

*Cumplimiento de las Normas
de Competencia para la AIGLP*

Introdução	2
Visão geral das regras de defesa da concorrência	6
O que as leis de defesa da concorrência regulam?	6
Por que as atividades da AIGLP se relacionam com o direito da concorrência?	10
Cuidados para não se tornar “fórum de discussões ilícitas” entre concorrentes.....	16
Cuidados a serem adotados na condução de reuniões e/ou encontros entre concorrentes no âmbito da AIGLP	16
O que não deve ser discutido entre concorrentes em qualquer ocasião?.....	18
O que pode ser discutido entre concorrentes?	20
A negociação de acordos entre as associadas no âmbito da AIGLP	22
Cuidados para não facilitar conduta uniforme ou limitar a concorrência entre as associadas	24
Elaboração de estatísticas sobre o setor de Gás LP	24
Elaboração e discussão de padrões de qualidade, segurança e códigos de ética e de autorregulamentação no âmbito da AIGLP	28
Cuidados na redação de documentos.....	30
Outros cuidados	32
Canais de acesso	34

Introducción	3
Visión general de las reglas de defensa de la competencia	7
¿Qué es lo que regulan las leyes de defensa de la competencia?	7
¿Por que se relacionan las actividades de la AIGLP con el derecho de la competencia?	11
Cuidados para no convertirse en un “fuero de discusiones ilícitas” entre competidores	17
Cuidados que deben adoptarse en la conducción de reuniones y/o encuentros entre competidores en el ámbito de la AIGLP	17
¿Qué es lo que no deben discutir entre sí los competidores en cualquier ocasión?.....	19
¿Qué es lo que pueden discutir entre sí los competidores?.....	21
La negociación de acuerdos entre las asociadas en el ámbito de la AIGLP	23
Cuidados que se deben tomar para no facilitar una conducta uniforme o limitar la competencia entre las asociadas.....	25
Elaboración de estadísticas sobre el sector de Gas LP.....	25
Elaboración y discusión de patrones de calidad, seguridad y códigos de ética y de autorregulación en el ámbito de la AIGLP.....	29
Cuidados en la redacción de documentos	31
Otros cuidados	33
Canales de acceso	35

Introdução

A AIGLP tem por objetivo o intercâmbio legítimo de conhecimentos entre agentes econômicos, associações e órgãos governamentais relacionados ao segmento de Gás LP. Por meio desse intercâmbio, busca-se o desenvolvimento do setor em relação a temas como segurança, proteção ao meio ambiente, aplicações do Gás LP, normalização, regulamentação, dentre outros temas de interesse comum da indústria - tendo sempre em mente o compromisso com um mercado eficiente, de qualidade e que traga benefícios ao consumidor final.

Em que pese tais objetivos legítimos, é sabido que em muitos casos associações de concorrentes acabam por facilitar práticas anticompetitivas - contrárias às leis de defesa da concorrência de diversos países, principalmente práticas envolvendo cartéis e conluíus entre as empresas associadas.

Essa é uma preocupação ainda mais importante na nossa indústria, tendo em vista o histórico de investigações e a atenção que as autoridades de defesa da concorrência de diversos países dedicam ao setor de Gás LP. Ademais, como será visto nesse manual, tais práticas anticompetitivas sujeitam tanto a associação, quanto os indivíduos envolvidos, a severas punições, inclusive criminais, em alguns casos.

Em razão disso, todos nós - colaboradores de qualquer hierarquia e membros da AIGLP - devemos ter o máximo cuidado para impedir que quaisquer condutas ilícitas ocorram e, caso identificadas, para que as devidas providências sejam tomadas de forma célere.

Assim, para que a AIGLP consiga eficazmente impedir a ocorrência dessas condutas anticompetitivas ilícitas em seu seio, foi preparado o presente Manual. Ele congrega regras e dicas a serem seguidas por todos os seus membros e colaboradores de qualquer hierarquia, de forma a que estejam sempre em conformidade com as normas de defesa da concorrência dos países onde atuam.

Em caso de dúvidas sobre o conteúdo do manual, favor entrar em contato com o Compliance Officer da AIGLP ou da associada na qual vocês trabalhem. A AIGLP

Introducción

La AIGLP tiene por objeto el intercambio legítimo de conocimiento entre los agentes económicos, asociaciones y órganos gubernamentales relacionados al segmento de Gas LP. A través de este intercambio, se busca lograr el desarrollo del sector con respecto a temas como seguridad, protección al medio ambiente, aplicaciones de Gas LP, normalización, reglamentación, entre otros temas de interés común de la industria - recordando siempre el compromiso asumido con un mercado eficiente y de calidad, que ofrezca beneficios al consumidor final.

Por otra parte, a pesar de que dichos objetivos son legítimos, se sabe que en muchos casos las asociaciones de competidores acaban facilitando prácticas anticompetitivas - contrarias a las leyes de defensa de la competencia de diversos países, principalmente prácticas que involucran carteles entre las empresas asociadas.

Esta es una preocupación aún más importante en nuestra industria, si consideramos el histórico de las investigaciones y la atención que las autoridades de defensa de la competencia de diversos países dedican al sector de Gas LP. Además, como se verá en este Manual, dichas prácticas anticompetitivas sujetan tanto a la asociación como a los individuos involucrados a severas puniciones, incluso penales en algunos casos.

Por esta razón, todos - tanto los colaboradores de cualquier jerarquía y los miembros de la AIGLP - debemos tomar el máximo cuidado para impedir la ocurrencia de cualquier tipo de conductas ilícitas y, en el caso que se las identifique, para que se tomen las debidas medidas rápidamente.

Así siendo, este Manual se preparó para que la AIGLP consiga impedir eficazmente la ocurrencia de estas conductas anticompetitivas ilícitas en su seno. El mismo reúne reglas y consejos que deben seguir todos los miembros y colaboradores de cualquier jerarquía, de tal forma a cumplir siempre con las normas de defensa de la competencia en vigor en los países donde actúan.

En el caso de surgir dudas sobre el contenido del Manual, solicitamos entren en contacto con el Compliance Officer (Oficial de Cumplimiento) de la AIGLP o de la

espera que todos aqueles que participam das atividades da associação tenham pleno conhecimento do disposto no presente manual, o que, aliás, é condição para a participação nas atividades da associação.

Por fim, ressalta-se que a AIGLP jamais esteve envolvida em qualquer investigação antitruste e, pela correta compreensão do presente manual e do espírito das normas de defesa da concorrência, confiamos que jamais estará.

A observância às leis de defesa da concorrência de forma alguma representa uma restrição ao desenvolvimento e incremento das atividades da associação. Ao contrário, a plena observância das regras do direito da concorrência garantirá a inquestionável legalidade das atividades da associação, evitando riscos que não devem ser corridos.

asociada en la cual trabajan. La AIGLP espera que todos aquellos que participan en las actividades de la asociación tengan pleno conocimiento de lo estipulado en el presente Manual, lo que, de hecho, es una condición sine qua non para participar en las actividades de la asociación.

Finalmente, también se destaca que la AIGLP nunca estuvo involucrada en cualquier tipo de investigación antimonopolista y que, mediante la correcta comprensión del presente Manual y del espíritu de las normas de defensa de la competencia, confiamos que jamás lo estará.

El cumplimiento de las leyes de defensa de la competencia no representa, de forma alguna, una restricción al desarrollo y expansión de las actividades de la asociación. Muy por el contrario, el pleno cumplimiento de las normas del derecho de la competencia garantizará la incuestionable legalidad de las actividades de la asociación, evitando riesgos a los que no deben exponerse.

Visão geral das regras de defesa da concorrência

O que as leis de defesa da concorrência regulam?

De forma geral, países que adotam leis de defesa da concorrência objetivam fundamentalmente assegurar ou manter a livre concorrência nos mercados que afetam aquele país, de forma a beneficiar, em última instância, os consumidores de cada país com menores preços e maior qualidade. Assim, pode-se dizer que quaisquer ações que possam limitar a livre concorrência de forma injustificada - i.e. condutas anticompetitivas - podem ser consideradas ilícitas e ser alvo de punições.

Três tipos básicos de condutas são consideradas como potencialmente anticompetitivas e são, em geral, reguladas por tais legislações:

- Acordos, trocas de informações sensíveis entre concorrentes e outras práticas facilitadoras de condutas uniformes entre concorrentes no mercado;
- Abuso de poder de mercado; e
- Fusões, aquisições e *joint-ventures*.

Com exceção da regulação de fusões, aquisições e *joint-ventures*, a maioria dos países tende a tratar os outros dois tipos de condutas anticompetitivas de forma semelhante, variando substancialmente apenas os tipos de punições em cada caso. E estes dois primeiros tipos de conduta são os mais relevantes para associações de concorrentes e, portanto, serão endereçados por este manual.

Visión general de las reglas de defensa de la competencia

¿Qué es lo que regulan las leyes de defensa de la competencia?

En general, los países que adoptan leyes de defensa de la competencia buscan, fundamentalmente, asegurar o mantener la libre competencia en los mercados que afectan a dicho país, con el propósito de beneficiar, en última instancia, a los consumidores de cada país con precios más bajos y mejor calidad. Consecuentemente, se puede decir que cualesquier acciones que puedan limitar la libre competencia de manera injustificada - Ej. conductas anticompetitivas - pueden considerarse ilícitas y sujetas a puniciones.

Existen tres conductas básicas consideradas potencialmente anticompetitivas que, en general, están contempladas en este tipo de legislaciones:

- Acuerdos, intercambio de informaciones sensibles entre competidores y otras prácticas facilitadoras de conductas uniformes entre competidores en el mercado;
- Abuso de poder de mercado; y
- Fusiones, adquisiciones y *joint-ventures*.

Con excepción de la regulación de las fusiones, adquisiciones y *joint-ventures*, la mayoría de los países tienden a tratar los otros dos tipos de conductas anticompetitivas de manera similar, variando sustancialmente apenas los tipos de puniciones aplicables en cada caso. Justamente son estos dos primeros tipos de conducta los más relevantes para las asociaciones de competidores y, por ende, están contemplados en este Manual.

Ademais, no caso de condutas que possam limitar a livre concorrência em mercados internacionais, os agentes econômicos, em geral, sujeitam-se não somente à jurisdição do país onde estão sediados, mas também às de todos os países afetados pela sua conduta.

Por fim, em todos os países onde existem normas de direito da concorrência, violações a essas normas resultam em sanções severas, incluindo multas. A título de exemplo, veja-se abaixo algumas multas aplicadas em países da Ibero-américa:

■ **Brasil:** Associações podem ser multadas entre aprox. 12,5 mil e aprox. 500 milhões de dólares. Seus diretores e colaboradores também podem ser multados em valores similares.¹

■ **Chile:** Podem ser aplicadas multas de até aprox. 25 milhões de dólares.²

■ **Colômbia:** Podem ser aplicadas multas de até aprox. 25 milhões de dólares. Indivíduos também podem ser multados em até aprox. 500 mil dólares.³

■ **Equador:** Podem ser aplicadas multas de até aprox. 13,6 milhões de dólares (podendo ser ainda maiores em caso de infrações muito sérias).⁴

■ **Peru:** Podem ser aplicadas multas de até aprox. 1,5 milhões de dólares (podendo ser ainda maiores em caso de infrações muito sérias). Indivíduos também podem ser multados em até aprox. 148 mil dólares.⁵

■ **Uruguai:** Podem ser aplicadas multas de até aprox. 1,5 milhões de dólares.⁶

Deve-se ainda ter em mente que, em alguns países, condutas colusivas são definidas como crimes e podem resultar em prisão. Por exemplo:

■ **Brasil:** Cartel é punível com penas que podem chegar a 5 anos ou mais de reclusão.⁷

1. Ver http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Lei/L12529.htm.

2. Ver <http://globalcompetitionreview.com/handbooks/70/sections/236/chapters/2781/chile/>.

3. Ver <http://globalcompetitionreview.com/reviews/63/sections/217/chapters/2554/colombia-overview/>.

4. Ver <http://globalcompetitionreview.com/reviews/63/sections/219/chapters/2556/ecuador-overview/>.

5. Ver <http://globalcompetitionreview.com/handbooks/70/sections/236/chapters/2840/peru/>.

6. Ver <http://www.taglaw.com/files/Doing%20Business%20Guides/Doing%20Business%20in%20Uruguay.pdf>.

7. Ver http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8137.htm.

Además, en el caso de tratarse de conductas que puedan limitar la libre competencia en mercados internacionales, generalmente los agentes económicos se sujetan no solo a la jurisdicción del país donde tienen su matriz, sino también a la de todos los países afectados por su conducta.

Finalmente, en todos los países donde existen normas de derecho de la competencia, la violación de dichas normas resulta en sanciones severas, incluso en multas. A título de ejemplo, mencionamos a continuación algunas multas aplicadas en los países iberoamericanos:

- **Brasil:** Las asociaciones pueden ser multadas entre cerca de 12,5 mil a unos 500 millones de dólares. Sus directores y colaboradores también pueden ser multados en valores similares.¹
- **Chile:** Pueden aplicarse multas de hasta aproximadamente 25 millones de dólares.²
- **Colombia:** Pueden aplicarse multas de hasta aproximadamente 25 millones de dólares. Los individuos también pueden ser multados en hasta aproximadamente 500 mil dólares.³
- **Ecuador:** Pueden aplicarse multas de hasta aproximadamente 13,6 millones de dólares (que pueden ser aún más altas en el caso de tratarse de infracciones muy graves).⁴
- **Perú:** Pueden aplicarse multas de hasta aproximadamente 1,5 millones de dólares (que pueden ser aún más altas en el caso de tratarse de infracciones muy graves). Los individuos también pueden ser multados en hasta aproximadamente 148 mil dólares.⁵
- **Uruguay:** Pueden aplicarse multas de hasta aproximadamente 1,5 millones de dólares.⁶

1. Ver http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Lei/L12529.htm.

2. Ver <http://globalcompetitionreview.com/handbooks/70/sections/236/chapters/2781/chile/>.

3. Ver <http://globalcompetitionreview.com/reviews/63/sections/217/chapters/2554/colombia-overview/>.

4. Ver <http://globalcompetitionreview.com/reviews/63/sections/219/chapters/2556/ecuador-overview/>.

5. Ver <http://globalcompetitionreview.com/handbooks/70/sections/236/chapters/2840/peru/>.

6. Ver <http://www.taglaw.com/files/Doing%20Business%20Guides/Doing%20Business%20in%20Uruguay.pdf>.

- **Chile:** Está em discussão projeto de lei que pode tornar crime a conduta de cartel, com possibilidade de prisão por até 10 anos.⁸
- **México:** Condutas relacionadas à prática de cartel são puníveis com penas que podem chegar a até 10 anos de prisão.⁹
- **Colômbia:** Acordos anticompetitivos relacionados a licitações públicas podem ser punidos com até 12 anos de prisão, além de multa e desqualificação por até 8 anos.¹⁰

Por que as atividades da AIGLP se relacionam com o direito da concorrência?

A atuação de associações de empresas concorrentes é analisada com cuidado em todos os países que adotam leis de defesa da concorrência. Isso porque essas associações são fóruns nos quais empresas concorrentes se reúnem para discutir assuntos de interesse da indústria. Muito embora esses contatos sejam benéficos e positivos para o desenvolvimento do setor representado pela associação, concorrentes podem eventualmente utilizar a facilidade de contato para adotarem práticas anticompetitivas, como a formação de cartéis.

Ademais, as autoridades de defesa da concorrência preocupam-se com outras práticas das próprias associações. Por exemplo, são vistas de forma suspeita a emissão de tabelas de preços e outras orientações aos associados em relação a partes dos negócios de cada um que deveriam ser conduzidas de forma independente, bem como a adoção de requisitos muito restritivos para a participação na associação. Tais medidas podem ser vistas como facilitadoras de condutas uniformes entre os concorrentes membros da associação, em prejuízo à livre concorrência.

8. Ver <http://globalcompliance.com/chile-antitrust-reform-20150414/>.

9. Ver <http://globalcompetitionreview.com/reviews/63/sections/220/chapters/2558/mexico-overview/>.

10. Ver https://lbrcdn.net/files/gcr/handbooks/70/gcr_hcea15_qa_colombia.pdf.

También debe tomarse en cuenta que, en algunos países, las conductas colusorias se definen como delitos y pueden resultar en prisión. Por ejemplo:

- **Brasil:** El cartel es punible con penas que pueden llegar a 5 años o más de reclusión.⁷
- **Chile:** Está bajo discusión un anteproyecto de ley que puede considerar la conducta de un cartel como delito, con posibilidad de prisión por hasta 10 años.⁸
- **México:** Las conductas relacionadas a la práctica de cartel son punibles con penas que pueden llegar a hasta 10 años de prisión.⁹
- **Colombia:** Los acuerdos anticompetitivos relacionados a licitaciones públicas pueden ser punidos con hasta 12 años de prisión, además de aplicárseles una multa y descalificarlos por hasta 8 años.¹⁰

¿Por que se relacionan las actividades de la AIGLP con el derecho de la competencia?

La actuación de asociaciones de empresas competidores se analiza cuidadosamente en todos los países que adoptan leyes de defensa de la competencia. Esto ocurre porque dichas asociaciones son fueros en los cuales se reúnen las empresas competidoras para discutir asuntos de interés de la industria. A pesar de que estos contactos son benéficos para el desarrollo del sector representado por la asociación, los competidores pueden, eventualmente, aprovechar esta facilidad de contacto para adoptar prácticas anticompetitivas, como la formación de carteles.

Además, las autoridades de defensa de la competencia también se preocupan con otras prácticas de las propias asociaciones. Por ejemplo, se considera sospechosa la emisión de listas de precios y otras orientaciones a los asociados, en relación a partes de los negocios de cada uno que deberían conducirse de manera independiente, así

7. Ver http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8137.htm.

8. Ver <http://globalcompliance.com/news/chile-antitrust-reform-20150414/>.

9. Ver <http://globalcompetitionreview.com/reviews/63/sections/220/chapters/2558/mexico-overview/>.

10. Ver https://lbrcdn.net/files/gcr/handbooks/70/gcr_hcea15_qa_colombia.pdf.

Por fim, como pode ser visto abaixo, vários são os exemplos de condenações de associações por condutas contrárias à leis de defesa da concorrência em diversos países:

- **Brasil:** Diversas associações e sindicatos já foram multados por práticas anticompetitivas, especialmente por promoverem ou facilitarem a prática de cartel e por facilitarem condutas uniformes entre as empresas do setor (e.g. por meio de tabelas de preços e outras orientações anticompetitivas). A persecução de associações no Brasil teve tanto destaque que gerou inclusive um guia emitido pela própria autoridade especificamente para esses casos.¹¹
- **Chile:** (i) Em 2014, uma associação de produtores de carne de aves foi dissolvida e recebeu multa superior a 1,5 milhões de dólares. A associação teria coordenado o funcionamento de um cartel entre os produtores; (ii) Em 2015 os médicos membros de uma associação de obstetras foram multados por terem acordado um preço mínimo na associação.¹² A persecução de associações no Chile teve tanto destaque que gerou inclusive um guia emitido pela própria autoridade especificamente para esses casos.¹³
- **Peru:** Em 2014, duas associações, de engenheiros e de consultores, foram multadas em mais de 1,3 milhões de dólares em virtude de recomendações anticompetitivas de aumento de preços aos seus associados.¹⁴
- **Argentina:** Em 1999, foi iniciada investigação contra produtores de cimento que teriam feito cartel usando uma associação - a qual foi inclusive sujeita a busca e apreensão à época. 5 desses produtores foram multados em aprox. 106 milhões de dólares em 2006.¹⁵

11. Combate a Cartéis em Sindicatos e Associações. SDE. 2009. Disponível em http://abpa-br.com.br/files/cartilha_sindicatos.pdf.

12. Ver <http://globalcompetitionreview.com/reviews/74/sections/278/chapters/3001/chile-national-economic-prosecutors-office/>.

13. Asociaciones Gremiales Y Libre Competencia. Fiscalía Nacional Económica. 2011. Disponível em http://www.fne.gob.cl/wp-content/uploads/2011/08/guia_asociaciones_gremiales.pdf.

14. Ver <http://globalcompetitionreview.com/reviews/74/sections/285/chapters/3010/peru-national-institute-defence-competition-protection-intellectual-property/>.

15. Ver <http://www.oecd.org/daf/competition/Argentina-CompetitionLawPolicy.pdf>.

como la adopción de requisitos muy restrictivos para la participación en la asociación. Dichas medidas pueden calificarse como facilitadoras de conductas uniformes entre los competidores miembros de la asociación, en perjuicio a la libre competencia.

Por fin, como puede observarse a continuación, existen varios ejemplos de condenas aplicadas a asociaciones por conductas contrarias a las leyes de defensa de la competencia en vigor en diversos países:

- **Brasil:** Diversas asociaciones y sindicatos ya fueron multados por prácticas anticompetitivas, especialmente por promover o facilitar la práctica de cartel y por facilitar conductas uniformes entre las empresas del sector (Ej. por medio de listas de precios y otras orientaciones anticompetitivas). La persecución de las asociaciones alcanzó tal destaque en Brasil, que incluso llegó a generar una guía emitida por la propia autoridad orientada específicamente a estos casos.¹¹
- **Chile:** (i) En 2014, una asociación de productores de carne de aves fue disuelta y recibió una multa superior a 1,5 millones de dólares. La asociación era acusada de haber coordinado el funcionamiento de un cartel entre los productores; (ii) En 2015 los médicos miembros de una asociación de obstetras fueron multados por haber acordado un precio mínimo en la asociación.¹² La persecución de asociaciones en Chile tuvo tanto destaque que incluso llegó a generar una guía emitida por la propia autoridad orientada específicamente a estos casos.¹³
- **Perú:** En 2014, dos asociaciones, de ingenieros y de consultores, fueron multadas en más de 1,3 millones de dólares en virtud de recomendaciones anticompetitivas de aumento de precios emitidas para sus asociados.¹⁴
- **Argentina:** En 1999, se inició una investigación contra los productores de cemento que habrían formado un cartel usando una asociación - que inclusive

11. Combate a Cartéis em Sindicatos e Associações . SDE. 2009. Disponible en http://abpa-br.com.br/files/cartilha_sindicatos.pdf.

12. Ver <http://globalcompetitionreview.com/reviews/74/sections/278/chapters/3001/chile-national-economic-prosecutors-office/>.

13. Asociaciones Gremiales y Libre Competencia. Fiscalía Nacional Económica. 2011. Disponible en http://www.fne.gob.cl/wp-content/uploads/2011/08/guia_asociaciones_gremiales.pdf.

14. Ver <http://globalcompetitionreview.com/reviews/74/sections/285/chapters/3010/peru-national-institute-defence-competition-protection-intellectual-property/>.

- **Colômbia:** (i) Em 2015, vários agentes da indústria de açúcar, incluindo uma associação, foram multados num total de aprox. 100 milhões de dólares por terem se coordenado para impedir a entrada de açúcar importado no país¹⁶; (ii) Em 2002, uma associação de distribuidores de combustíveis e derivados do petróleo foi multada por influenciar seus associados a não reduzirem preços.¹⁷

Por isso, é de fundamental importância que a AIGLP adote as iniciativas necessárias para garantir que suas atividades continuem a se limitar àquilo que é permitido pelas legislações dos países onde atua, incluindo, mas não se limitando, às normas de defesa da concorrência.

16. Ver <http://globalcompetitionreview.com/news/article/39646/colombia-slaps-record-fine-sugar-anti-import-cartel/>.

17. Ver <http://www.oecd.org/daf/competition/44110853.pdf>.

quedó sujeta a allanamiento y secuestro en esa época. Cinco de los productores fueron multados en aproximadamente 106 millones de dólares en 2006.¹⁵

■ **Colombia:** (i) En 2015, varios agentes de la industria azucarera, inclusive una asociación, fueron multados en un total de aproximadamente 100 millones de dólares por haberse unido para impedir la entrada de azúcar importado en el país¹⁶; (ii) En 2002, una asociación de distribuidores de combustibles y derivados de petróleo fue multada por influir sobre sus asociados para que no bajasen los precios.¹⁷

Por consiguiente, es de esencial importancia que la AIGLP adopte las iniciativas necesarias para garantizar que sus actividades continúen limitándose a aquello, que está permitido por las legislaciones de los países donde actúa, inclusive pero no limitado a, las normas de defensa de la competencia.

15. Ver <http://www.oecd.org/daf/competition/Argentina-CompetitionLawPolicy.pdf>.

16. Ver <http://globalcompetitionreview.com/news/article/39646/colombia-slaps-record-fine-sugar-anti-import-cartel/>.

17. Ver <http://www.oecd.org/daf/competition/44110853.pdf>.

Cuidados para não se tornar “fórum de discussões ilícitas” entre concorrentes

Como uma associação de empresas e outras organizações no segmento de Gás LP, uma das funções da AIGLP é organizar e conduzir reuniões e eventos onde os concorrentes no mercado de Gás LP se encontram e discutem assuntos de interesse da indústria.

Apesar de terem propósitos legítimos, tais encontros podem trazer riscos. Para eliminar esses riscos, é necessário que todos os colaboradores da AIGLP envolvidos em qualquer ocasião onde haja reunião e/ou discussões entre concorrentes entendam as orientações a seguir e adotem as devidas providências, conforme necessário.

Cuidados a serem adotados na condução de reuniões e/ou encontros entre concorrentes no âmbito da AIGLP.

Considerando as diversas atividades realizadas pela AIGLP que envolvem a reunião de representantes das diferentes associadas (concorrentes ou associações de concorrentes), é de fundamental importância que haja alguns cuidados no tocante à condução e ao registro desses eventos:

- As reuniões devem ser precedidas de uma pauta, a ser encaminhada a todos os participantes pela AIGLP, com a delimitação clara, concisa e objetiva dos temas a serem discutidos.

Cuidados para no convertirse en un “fuero de discusiones ilícitas” entre competidores

En su carácter de asociación de empresas y otras organizaciones en el segmento de Gas LP, una de las funciones de la AIGLP es organizar y conducir reuniones y eventos donde puedan encontrarse los competidores en el mercado de Gas LP, para discutir asuntos de interés de la industria.

A pesar de tener propósitos legítimos, dichos encuentros pueden resultar en riesgos. Para eliminarlos, es imprescindible que todos los colaboradores de la AIGLP involucrados en cualquier ocasión donde se realice una reunión y/o discusión entre competidores, entiendan las orientaciones a seguir, y adopten las debidas providencias, conforme sea necesario.

Cuidados que deben adoptarse en la conducción de reuniones y/o encuentros entre competidores en el ámbito de la AIGLP

Considerando las diversas actividades realizadas por la AIGLP que involucran la reunión de representantes de las diferentes asociadas (competidores o asociaciones de competidores), es esencial que se tomen algunos cuidados en lo que respecta a la conducción y al registro de dichos eventos:

- Las reuniones deben ser precedidas de una pauta, que será enviada a los participantes por la AIGLP, definiendo clara, concisa y objetivamente los temas que se discutirán.

- Em todas as reuniões deve haver o registro das discussões em ata, refletindo, também de forma concisa e objetiva, as discussões e eventuais decisões havidas. A ata deve ser cuidadosamente revista por cada representante de associada para que não haja dúvidas sobre o seu conteúdo.
- As atas das reuniões devem ser encaminhadas a todos os participantes e ao Compliance Officer da AIGLP e devem ser arquivadas;
- Em caso de dúvidas ou discrepâncias em relação ao registro efetuado na ata de reunião, estes devem ser reportados, para a realização dos ajustes necessários;
- Colaboradores exclusivos das áreas comerciais ou de vendas das associadas não poderão participar de reuniões na associação, salvo se para tratar de pautas exclusivamente institucionais ou técnicas, objetiva e previamente definidas; e
- O colaborador que se deparar com situação onde algum assunto proibido seja discutido entre concorrentes (vide abaixo) deve imediatamente expressar sua discordância aos demais participantes do evento, solicitar que a discussão seja interrompida (fazendo constar em ata sua manifestação) e, caso não seja obedecido, encerrar o evento e contatar o Compliance Officer da AIGLP.

O que não deve ser discutido entre concorrentes em qualquer ocasião?

No curso das atividades da AIGLP, não deve haver quaisquer discussões entre os representantes das associadas (concorrentes ou associações de concorrentes) que possam ser caracterizadas como prática de cartel ou troca de informações sensíveis. Desta forma, os seguintes tópicos, dentre outros, não podem ser objeto de discussão no âmbito da AIGLP:

- Preços dos produtos comercializados pelas associadas, incluindo tópicos acessórios como descontos concedidos, margens de lucro, condições de venda e concessão de crédito a clientes, mudanças programadas de preços e quaisquer outras questões que impactem o preço de venda do produto;

- En todas las reuniones deben registrarse las discusiones en un acta, reflexionando también concisa y objetivamente sobre las discusiones y eventuales decisiones tomadas. El acta debe ser revisada cuidadosamente por cada representante de la asociada para que no exista ninguna duda sobre su contenido.
- Las actas de las reuniones deben enviarse a todos los participantes y al Compliance Officer de la AIGLP, y archivarse;
- En el caso de que existan dudas o discrepancias en relación al registro efectuado en el acta de la reunión, estas deben notificarse para que se realicen los ajustes necesarios;
- Los colaboradores exclusivos de las áreas comerciales y de ventas de las asociadas no podrán participar de reuniones en la asociación, excepto si se realizan para tratar de pautas exclusivamente institucionales o técnicas previamente definidas, y de manera objetiva; y
- El colaborador que se encuentre ante una situación donde se discuta algún asunto prohibido entre los competidores (vea abajo), debe expresar inmediatamente su discordancia a los demás participantes del evento, y solicitar que se interrumpa la discusión (dejando constancia de su manifestación en el acta) y, si no llega a ser obedecido, debe clausurar el evento y entrar en contacto con el Compliance Officer de la AIGLP.

¿Qué es lo que no deben discutir entre sí los competidores en cualquier ocasión?

En el curso de las actividades de la AIGLP, no debe haber ninguna discusión entre los representantes de las asociadas (competidores o asociaciones de competidores) que puedan caracterizarse como práctica de cartel o intercambio de informaciones sensibles. De esta forma, los siguientes tópicos no pueden ser objeto de discusión en el ámbito de la AIGLP, entre otros:

- Precios de los productos comercializados por las asociadas, inclusive tópicos accesorios como descuentos concedidos, márgenes de utilidades, condiciones

- Custos de produção, volumes de venda ou de produção, capacidade instalada, capacidade ociosa, níveis de estoque ou quaisquer outras informações relativas a produção e vendas de cada empresa;
- Negociações futuras ou em curso de associadas com fornecedores ou revendedores de Gás LP, incluindo informações sobre os volumes contratados, preços e demais condições contratuais;
- Planos e estratégias comerciais de cada empresa;
- Informações sobre os revendedores cadastrados pelas associadas, incluindo preços e volumes de venda dos revendedores, bem como as respectivas áreas geográficas de atuação;
- Iniciativas em reação a comportamentos de concorrentes nos mercados de distribuição e revenda, como, por exemplo, a imposição de restrições no fornecimento de Gás LP ou a criação de dificuldades para o recadastramento de revendedores; e
- Questões relativas a clientes específicos, inclusive em relação a histórico de relacionamento e crédito.

Encontros e discussões entre concorrentes que ocorrem fora da sede da associação (como almoços e eventos sociais) levantam as mesmas preocupações concorrenciais, devendo os colaboradores envolvidos tomarem extrema cautela para não se envolverem em práticas ilícitas.

O que pode ser discutido entre concorrentes?

Nem toda troca de informação entre concorrentes é proibida pelas normas concorrenciais. Com efeito, não há ilegalidade na troca das seguintes informações entre as associadas:

- Questões não-confidenciais de natureza técnica referentes à indústria e níveis de segurança, saúde, ou desenvolvimento tecnológico;

de venta y concesión de crédito a clientes, cambios programados de precios y cualesquier otras cuestiones que impacten el precio de venta del producto;

- Costos de producción, volúmenes de venta o de producción, capacidad instalada, capacidad ociosa, niveles de existencias o cualesquier otras informaciones inherentes a la producción y ventas de cada empresa;
- Negociaciones futuras o en curso de asociadas con proveedores o revendedores de Gas LP, inclusive informaciones sobre los volúmenes contratados, precios y demás condiciones contractuales;
- Planes y estrategias comerciales de cada empresa;
- Informaciones sobre los revendedores registrados por las asociadas, incluyendo precios y volúmenes de venta de los revendedores, así como las respectivas áreas geográficas de actuación;
- Iniciativas en reacción a comportamientos de competidores en los mercados de distribución y reventa como, por ejemplo, la imposición de restricciones en el suministro de Gas LP o la creación de dificultades para la reinscripción de los revendedores; y
- Cuestiones relativas a clientes específicos, inclusive con respecto al histórico de sus relaciones y crédito.

Encuentros y discusiones entre competidores que ocurren fuera de la matriz de la asociación (como almuerzos y eventos sociales) provocan las mismas preocupaciones inherentes a la competencia, y los colaboradores involucrados deben proceder con máxima cautela para no involucrarse en prácticas ilícitas.

¿Qué es lo que pueden discutir entre sí los competidores?

No todo intercambio de información entre competidores está prohibido por las normas de la competencia. De hecho, no existe ilegalidad en el intercambio de las siguientes informaciones entre las asociadas:

- Discussões sobre o desenvolvimento do setor que não envolvam estratégias comerciais;
- Relações institucionais e esforços para auxiliar discussões a respeito da elaboração de legislação e normas referentes ao setor (desde que essas normas não criem barreiras não razoáveis para o ingresso de novas empresas no mercado); e
- Esforços de publicidade, divulgação e auxílio às autoridades competentes sobre o combate à comercialização de produtos em descumprimento de leis e normas afeitas ao setor.

A negociação de acordos entre as associadas no âmbito da AIGLP

Em algumas ocasiões, empresas concorrentes podem se unir para o desenvolvimento de projetos específicos. Tais acordos não são intrinsecamente ilegais, posto que podem gerar várias eficiências que os justifiquem plenamente. De todo modo, podem também acarretar preocupações de natureza concorrencial.

Não é função precípua da AIGLP intermediar negociações entre suas associadas para o desenvolvimento de atividades conjuntas. Entretanto, caso tais discussões ocorram no curso das atividades da AIGLP, deve haver envolvimento do Compliance Officer da AIGLP para avaliar a adequação do acordo proposto em face às normas de defesa da concorrência.

A regra geral para acordos ou projetos entre associadas é que tais trabalhos não devem facilitar a uniformização de práticas comerciais entre as empresas concorrentes.

- Cuestiones no confidenciales de naturaleza técnica referentes a la industria y niveles de seguridad, salud, o desarrollo tecnológico;
- Discusiones sobre el desarrollo del sector que no involucren estrategias comerciales;
- Relaciones institucionales y esfuerzos para auxiliar discusiones a respecto de la elaboración de legislación y normas referentes al sector (siempre y cuando estas normas no establezcan barreras no razonables al ingreso de nuevas empresas en el mercado); y
- Esfuerzos de publicidad, divulgación y auxilio a las autoridades competentes sobre el combate a la comercialización de productos en incumplimiento de leyes y normas aplicables al sector.

La negociación de acuerdos entre las asociadas en el ámbito de la AIGLP

En algunas ocasiones, las empresas competidoras pueden unirse para desarrollar proyectos específicos. Estos tipos de acuerdos no son intrínsecamente ilegales, ya que pueden generar varias eficiencias que los justifiquen plenamente. De todos modos, también pueden acarrear preocupaciones de naturaleza concurrencial.

No es una función sustancial de la AIGLP intermediar negociaciones entre sus asociadas para desarrollar actividades conjuntas. No obstante, cuando dichas discusiones ocurren en el curso de las actividades de la AIGLP, debe involucrarse al Compliance Officer de la AIGLP para evaluar el ajuste del acuerdo propuesto de acuerdo a las normas de defensa de la competencia.

La regla general para los acuerdos o proyectos entre las asociadas es que estos trabajos no deben facilitar la uniformización de las prácticas comerciales entre las empresas competidoras.

Cuidados para não facilitar conduta uniforme ou limitar a concorrência entre as associadas

Além dos cuidados acima em relação a ações dos concorrentes e associações de concorrentes no âmbito da AIGLP, ações da própria AIGLP podem ser vistas como facilitadoras de condutas colusivas e uniformes, ou como limitações desnecessárias à concorrência no setor de Gás LP. Para eliminar esse risco, é importante que os colaboradores da AIGLP entendam as orientações a seguir e adotem as devidas providências, conforme necessário.

Elaboração de estatísticas sobre o setor de Gás LP

Uma das tarefas mais importantes desempenhadas por uma associação de empresas é a elaboração de dados estatísticos. Esses dados são de grande utilidade para as empresas e para o governo, incluindo as próprias autoridades de defesa da concorrência. Entretanto, a troca indiscriminada de informações para a elaboração de tais dados pode gerar os riscos indicados na seção acima. Desta forma, alguns cuidados devem ser tomados no processo de elaboração de dados estatísticos:

- As informações requisitadas de associadas devem ser constituídas por dados históricos. Não podem ser coletados preços atuais e futuros, custos, níveis de produção, estoques, planos de marketing, planos de crescimento, política de descontos, entre outras informações concorrencialmente sensíveis atuais ou futuras das associadas;

Cuidados que se deben tomar para no facilitar una conducta uniforme o limitar la competencia entre las asociadas

Además de los cuidados ya mencionados inherentes a las acciones de los competidores y asociaciones de competidores en el ámbito de la AIGLP, las acciones de la propia AIGLP pueden considerarse facilitadoras de conductas colusorias e uniformes, o como limitaciones innecesarias a la competencia en el sector de Gas LP. Para eliminar este riesgo, es esencial que los colaboradores de la AIGLP comprendan las orientaciones indicadas a seguir y adopten las debidas providencias, conforme se haga necesario.

Elaboración de estadísticas sobre el sector de Gas LP

Una de las tareas más importantes que desempeña una asociación de empresas es la elaboración de datos estadísticos. Estos datos son de gran utilidad tanto para las empresas como el gobierno, así como para las propias autoridades de defensa de la competencia. Sin embargo, el intercambio indiscriminado de informaciones para la elaboración de dichos datos puede generar los riesgos indicados en la sección arriba. Por ende, al elaborar los datos estadísticos deben tomarse algunos cuidados, a seguir:

- Las informaciones solicitadas a las asociadas deben contener datos históricos. No pueden colectarse precios actuales y futuros, costos, niveles de producción, existencias, planes de marketing, planes de crecimiento, política de descuentos, entre otras informaciones concurrencialmente sensibles, sean actuales o futuras, de las asociadas;

- As associadas devem transmitir as informações necessárias somente à AIGLP, ou a empresa para tal fim especialmente contratadas pela AIGLP (a qual deverá prestar compromisso de confidencialidade), e não às demais associadas diretamente;
- Os colaboradores da AIGLP responsáveis por solicitar, analisar e processar informações comerciais das associadas devem ser pessoas neutras, que não estejam ligadas a nenhuma das empresas concorrentes, e jamais podem compartilhá-las com as demais associadas;
- Em nenhuma hipótese as associadas serão coagidas pela AIGLP ou pelas demais associadas a fornecer informações à associação para fins de elaboração dos dados estatísticos;
- A AIGLP deve disseminar a informação coletada de seus membros de forma agregada para não permitir, sob qualquer modo, a identificação dos dados individuais das empresas;
- A AIGLP deve, na medida do possível, disponibilizar seus dados (de forma agregada sempre) não somente para os seus membros, mas também ao público, ainda que apenas por meio de pagamento, a fim de eliminar qualquer desconfiança sobre suas práticas;
- As informações disseminadas não podem ser acompanhadas por comentários, análises, observações ou recomendações;
- As informações disseminadas não podem ser objeto de discussão no âmbito da AIGLP; e
- Preferencialmente, deve-se solicitar ao Compliance Officer da AIGLP que avalie e aprove previamente materiais a serem divulgados às associadas e ao público em geral.

- Las asociadas deben transmitir las informaciones necesarias únicamente a la AIGLP, o a las empresas contratadas especialmente para tal fin por la AIGLP (que tendrá que asumir un compromiso de confidencialidad), y nunca directamente a las demás asociadas;
- Los colaboradores de la AIGLP responsables por solicitar, analizar y procesar informaciones comerciales de las asociadas deben ser personas neutras, que no se encuentren vinculadas a ninguna de las empresas competidoras, y nunca podrán compartirlas con las demás asociadas;
- Bajo hipótesis alguna podrá la AIGLP compeler a las asociadas a suministrar informaciones a la asociación para la elaboración de datos estadísticos;
- La AIGLP debe diseminar la información obtenida de sus miembros de forma agregada para no permitir, bajo cualquier forma que sea, la identificación de los datos individuales de las empresas;
- La AIGLP debe, en la medida de lo posible, colocar sus datos a disposición (siempre de forma agregada), no solo para sus miembros, sino también al público, aunque sea apenas por medio de un pago, a fin de eliminar cualquier desconfianza sobre sus prácticas;
- Las informaciones no pueden divulgarse junto con comentarios, análisis, observaciones o recomendaciones;
- Las informaciones divulgadas no pueden ser objeto de discusión en el ámbito de la AIGLP; y
- De preferencia, debe solicitarse al Compliance Officer de la AIGLP que evalúe y apruebe previamente los materiales que serán divulgados a las asociadas y al público en general.

Elaboração e discussão de padrões de qualidade, segurança e códigos de ética e de autorregulamentação no âmbito da AIGLP

Uma das tarefas da AIGLP é a promoção de padrões de qualidade e segurança no setor de Gás LP, bem como auxiliar na elaboração e atualização de códigos de autorregulamentação e códigos de ética. Essas atividades possuem inegável utilidade, pois incentivam práticas benéficas e contribuem para o desenvolvimento do setor. No entanto, alguns cuidados devem ser tomados para evitar que os padrões adotados gerem efeitos anticompetitivos.

- Os padrões adotados não podem erguer barreiras injustificadas à entrada de novos concorrentes no mercado;
- Os critérios de padronização devem ser imparciais e não podem gerar benefícios a determinadas empresas em detrimento de concorrentes;
- As discussões relativas aos critérios de padronização devem ser abertas a todos os interessados; e
- As normas adotadas não devem tratar de: (i) preços, política de descontos, clientes, margem, (ii) participação em licitações públicas, (iii) limitação de tipos de produtos e serviços, (iv) previsões de empresas que podem ou não participar do mercado e (v) restrições de propaganda e marketing, dentre outros tópicos comercialmente sensíveis para o negócio de cada empresa.

Em caso de dúvidas sobre se determinada ação implica limitações injustificadas à concorrência, os colaboradores da AIGLP envolvidos devem contatar o Compliance Officer da AIGLP, a fim de que as dúvidas sejam sanadas e endereçadas de forma apropriada, antes que tais ações se tornem efetivas.

Elaboración y discusión de patrones de calidad, seguridad y códigos de ética y de autorregulación en el ámbito de la AIGLP

Una de las tareas de la AIGLP es promover patrones de calidad y seguridad en el sector de Gas LP, así como prestar auxilio en la elaboración y actualización de códigos de autorregulación y de ética. Estas actividades poseen innegable utilidad ya que incentivan prácticas benéficas y contribuyen al desarrollo del sector. Sin embargo, deben tomarse algunos cuidados para evitar que los patrones adoptados generen efectos anticompetitivos.

- Los patrones adoptados no pueden levantar barreras injustificadas a la entrada de nuevos competidores en el mercado;
- Los criterios de normalización deben ser imparciales y no pueden generar beneficios a favor de determinadas empresas en perjuicio de los competidores;
- Las discusiones relativas a los criterios de normalización deben permanecer abiertas a todos los interesados; y
- Las normas adoptadas no deben tratar de: (i) precios, política de descuentos, clientes, margen, (ii) participación en licitaciones públicas, (iii) limitación de tipos de productos y servicios, (iv) provisiones de empresas que pueden o no participar del mercado y (v) restricciones de propaganda y marketing, entre otros temas comercialmente sensibles para el negocio de cada empresa.

En el caso de existir dudas sobre si una determinada acción implica limitaciones injustificadas a la competencia, los colaboradores de la AIGLP involucrados deben entrar en contacto con el Compliance Officer de la AIGLP, con miras a que aclare y responda las dudas de forma apropiada, antes que dichas acciones se tornen efectivas.

Cuidados na redação de documentos

É de fundamental importância que os documentos elaborados em nome da AIGLP contenham terminologia adequada às atividades da associação. O uso descuidado de determinados termos ou expressões pode, por si só, gerar riscos de investigação de natureza concorrencial contra a AIGLP, mesmo na ausência de qualquer prática ilícita.

A adoção de cuidados na redação de documentos não impede, naturalmente, uma eventual responsabilização da AIGLP por conduta que efetivamente seja ilegal. Entretanto, pode impedir que condutas lícitas sejam tratadas como suspeitas em razão da utilização de linguagem inapropriada.

Evite o uso de algumas palavras/expressões em suas comunicações escritas:

- Expressões como “destrua após a leitura” e “não faça cópias” sugerem a possibilidade de que alguma conduta inapropriada esteja ocorrendo, mesmo que o objetivo de sua utilização tenha sido apenas o de preservar a natureza confidencial do documento. Em princípio, não há razão para que documentos gerados no âmbito da AIGLP sejam confidenciais. Entretanto, caso haja uma razão para manter-se a confidencialidade, expressões como “confidencial” ou “circulação restrita” são mais apropriadas, desde que haja a explicação, no próprio documento, para justificar sua natureza sigilosa.
- Não utilize palavras que tenham um significado jurídico específico (“mercado relevante”, “poder de mercado”, “posição dominante”, “venda casada”, “discriminação de preços”, “divisão de mercados”, “acordo de preços”, etc.). Esses termos têm sentido próprio no direito da concorrência e o seu uso deve ser limitado a manifestações do Compliance Officer da AIGLP, quando efetivamente necessário.
- Afirmar que uma determinada prática da AIGLP ou de associadas “pode estar em desacordo com a lei” não é recomendável. Em caso de dúvidas sobre a legalidade de uma conduta, o Compliance Officer da AIGLP deve ser consultado para avaliar se a prática efetivamente deve ser implementada.

Cuidados en la redacción de documentos

Es de fundamental importancia que los documentos elaborados en nombre de la AIGLP contengan la terminología adecuada a las actividades de la asociación. El uso descuidado de determinados términos o expresiones puede, por sí solo, generar riesgos para la investigación de la naturaleza concurrencial contra la AIGLP, aún en la ausencia de cualquier práctica ilícita.

La adopción de cuidados en la redacción de documentos no impide, naturalmente, una eventual responsabilización de la AIGLP por una conducta que, efectivamente, sea ilegal. No obstante, puede impedir que las conductas lícitas sean tratadas como sospechosas debido al uso de un lenguaje inapropiado.

Evite el uso de algunas palabras / expresiones en sus comunicaciones escritas:

- Expresiones como “destruya después de leer” y “no haga copias” sugieren la posibilidad de que este ocurriendo alguna conducta inapropiada, aunque el objetivo de su uso haya sido apenas el de preservar la naturaleza del documento. En principio, no existe ninguna razón para que los documentos generados en el ámbito de la AIGLP sean confidenciales. Sin embargo, en el caso de que exista una razón para respetar su confidencialidad, expresiones como “confidencial” o “circulación restringida” son más apropiadas, siempre y cuando exista una explicación en el propio documento que justifique su naturaleza secreta.
- No use palabras que tengan un significado jurídico específico (“mercado relevante”, “poder de mercado”, “posición dominante”, “venta casada”, “discriminación de precios”, “división de mercados”, “acuerdo de precios”, etc.). Estos términos tienen un sentido propio en el derecho de la competencia, y su uso debe limitarse a manifestaciones del Compliance Officer de la AIGLP, cuando fuere efectivamente necesario.
- No se recomienda afirmar que una determinada práctica de la AIGLP o de sus asociadas “puede estar en desacuerdo con la ley”. En el caso de existir dudas sobre la legalidad de una conducta, debe consultarse al Compliance Officer de la AIGLP para evaluar si la práctica debe realmente implementarse.

As mesmas sugestões acima devem também ser observadas em conversas telefônicas realizadas por colaboradores da AIGLP referentes a assuntos ligados à AIGLP. Lembre-se que os participantes costumam fazer anotações do que foi discutido, sendo que eventuais considerações feitas em uma conversa telefônica podem vir a ser registradas, podendo gerar os mesmos riscos acima indicados.

Outros cuidados

A maioria das autoridades concorrenciais considera que tabelas de preços, honorários, custos ou outros fatores sensíveis do negócio de cada empresa concorrente, quando elaboradas pela associação que as congrega (e ainda que meramente sugestivas) influenciam condutas uniformes entre essas empresas.

Assim, colaboradores da AIGLP não devem elaborar documentos ou guias com sugestões/imposições de preços ou outros comportamentos para as associadas, quando tais comportamentos forem relacionados a fatores comercialmente sensíveis que são decididos de forma independente por cada empresa no dia a dia de seus negócios.

Ademais, ao elaborar ou modificar regras e requisitos para que uma organização se torne membro e/ou obtenha determinados direitos no âmbito da AIGLP, deve-se verificar se tais regras são transparentes, objetivas, pertinentes e não-discriminatórias.

Regras e requisitos excessivamente complicados para a participação ou a obtenção de determinados direitos na associação podem ser vistos como tendo efeitos anticompetitivos. Isso porque, se o acesso à associação e a tais direitos é importante para que a empresa concorra no mercado, essas regras podem impedir um concorrente efetivo de entrar no mercado, limitando a livre concorrência de forma desnecessária.

Las mismas sugerencias mencionadas arriba también deben aplicarse a conversaciones telefónicas realizadas por colaboradores de la AIGLP, relativas a asuntos vinculados a la asociación. Debe recordarse que los participantes tienen la costumbre de escribir anotaciones sobre las discusiones, y que las eventuales consideraciones realizadas durante una conversación telefónica pueden llegar a registrarse y generar los mismos riesgos indicados arriba.

Otros cuidados

La mayoría de las autoridades concurrenciales considera que las listas de precios, honorarios, costos u otros factores sensibles del negocio de cada empresa competidora, cuando elaboradas por la asociación que las congrega (aún cuando puedan ser meramente sugestivas), influyen sobre las conductas uniformes entre las empresas.

Consecuentemente, los colaboradores de la AIGLP no deben elaborar documentos o guías con sugerencias / imposiciones de precios u otros comportamientos a las asociadas, cuando dichos comportamientos se relacionan a factores comercialmente sensibles que cada empresa decide, independientemente, en el día a día de sus negocios.

Además, al elaborar o modificar reglas y requisitos para que una organización se convierta en miembro y/u obtenga determinados derechos en el ámbito de la AIGLP, debe verificarse si dichas reglas son transparentes, objetivas, pertinentes y no discriminatorias.

Puede considerarse que las reglas y requisitos excesivamente complicados para la participación y obtención de determinados derechos en la asociación tienen efectos anticompetitivos. Primordialmente, porque si acceder a la asociación y a tales derechos es importante para que la empresa concurra en el mercado, dichas reglas pueden impedir que un competidor efectivo pueda hacerlo, limitando la libre competencia de manera innecesaria.

Canais de acesso

Como supramencionado, a AIGLP está comprometida com o atendimento das legislações e regulamentações aplicáveis e está comprometida em combater a corrupção, cartéis e demais fraudes e ilicitudes no âmbito de suas relações institucionais. Para isso, disponibiliza aos seus colaboradores/associados total acesso ao presente manual de compliance para que todos tenham ciência e entendimento consistente de seu conteúdo.

Insta salientar que a AIGLP assegura aos colaboradores/associados pleno acesso ao Compliance Officer da AIGLP. Dessa forma, é possível denunciar, apresentar suspeitas ou informações que apontem eventuais transgressões do manual de compliance da AIGLP, assim como transgressões de legislações/regulamentações aplicáveis, ou descumprimentos das normas de defesa da concorrência, desvios de conduta - sejam por parte de um colaborador/associado ou mesmo de terceiros que, de alguma maneira, comercial ou profissional, possuam relacionamento com a associação.

A AIGLP assegura tratamento confidencial desses casos de compliance e demais questões sensíveis relacionadas, para garantir que, frente a eventuais denúncias de atos contrários ao manual de compliance, não haja qualquer tipo de retaliação. O comprometimento com o sigilo das informações garante também que as denúncias, suspeitas, reclamações, etc., apontadas sejam efetivamente averiguadas sem prejudicar qualquer parte, para que sejam tomadas as devidas providências para cada caso específico. Cumpre destacar que, em caso de qualquer dúvida sobre se alguma conduta adotada no âmbito da AIGLP esteja em confronto com as normas de defesa da concorrência, deve ser consultado imediatamente o Compliance Officer da AIGLP para a orientação adequada.

Canales de acceso

De acuerdo a lo supramencionado, la AIGLP está comprometida con el cumplimiento de las legislaciones y reglamentaciones aplicables, así como en el combate a la corrupción, carteles y demás fraudes e ilicitudes en el ámbito de sus relaciones institucionales. Con este propósito, coloca a disposición de sus colaboradores / asociados pleno acceso al presente Manual de Compliance para que todos sepan y entiendan coherentemente su contenido.

Urge recalcar que la AIGLP asegura a sus colaboradores / asociados pleno poder de acceder al Compliance Officer de la AIGLP. De esta forma, se puede denunciar, presentar sospechas o informaciones que señalen eventuales transgresiones del Manual de Cumplimiento de la AIGLP, así como transgresiones de legislaciones / reglamentaciones aplicables, o el incumplimiento de las normas de defensa de la competencia, desvíos de conducta - sea por parte de un colaborador / asociado o aún de terceros que, de alguna manera, comercial o profesionalmente están relacionados con la asociación.

La AIGLP asegura un trato confidencial a estos casos de cumplimiento y demás cuestiones sensibles relacionadas, para garantizar que, frente a eventuales denuncias de actos contrarios al Manual de Cumplimiento, no exista ningún tipo de represalias. El compromiso asumido con el secreto de las informaciones también garantiza que las mencionadas denuncias, sospechas, reclamaciones, etc., se confirmen efectivamente sin perjudicar cualquier parte, para que se tomen las debidas providencias para cada caso específico. Debemos mencionar que, en el caso de surgir cualquier duda sobre la interpretación de si alguna conducta adoptada en el ámbito de la AIGLP contiene algún dato polémico con respecto a las normas de defensa de la competencia, debe consultarse inmediatamente al Compliance Officer de la AIGLP para obtener la orientación apropiada.

DECLARAÇÃO

Recebi o Manual de Compliance Concorrencial
para a AIGLP, assim como manifesto minha
concordância com o seu conteúdo.

Assinatura

Nome

Empresa

DECLARACIÓN

Recibí Manual de Competencia de
Cumplimiento para la AIGLP y expreso mi
acuerdo con su contenido.

Firma

Nombre

Empresa



Asociación Iberoamericana
de Gas Licuado de Petróleo
Associação Ibero-Americana
de Gás Liquefeito de Petróleo

www.aiglp.org